

# A crise da regeneração e da esperança

JOSÉ SARNEY

**P**assamos por um doloroso processo e uma trágica realidade. Como tudo na vida há nesse caso duas faces. Uma, o constrangimento nacional em que todos vivemos. Outra, o comportamento das instituições, o fantástico país que é o Brasil, capaz de mobilizar-se por uma grande causa, sem violência, sem rancor, sem a tentação avassaladora do terror.

Se o que aconteceu no Brasil tivesse acontecido nos Estados Unidos ou em qualquer país desenvolvido da Europa, não tenho dúvida de que as instituições teriam atravessado grave crise. Ninguém aceitaria um décimo do que aqui ocorreu. E nós, pacientemente, aceitamos esse sofrido calvário, buscando sempre encontrar uma solução dentro da lei.

É o grande sinal do amadurecimento político do país, traumatizado, ao longo de sua História, por tantos episódios de esmagamento do Estado de direito. Assim, vivemos um instante de esplendor político, de regeneração e esperança.

Outra lição importante que devemos recolher da tragédia do senhor Collor de Mello é, sem dúvida, a avaliação dos exatos poderes da Presidência. Esta mostrou sua vulnerabilidade. A Presidência pode, sem nenhum controle institucional, ser colocada a serviço de objetivos incôfessáveis, à margem da lei.

A CPI do Congresso mostrou que foi criado um sistema paralelo de governo, invisível mas eficiente, destinado a servir aos interesses pessoais do presidente, para onde convergiam todos os resultados do esquema. Perpassa por todas as apurações da CPI, que eram tomadas decisões de governo nas diversas ramificações da administração pública, acionados achaques a empresários com interesses governamentais, acordos de preços etc., e uma rotina de obtenção de recursos, acumulação e gasto, com sofisticado controle de computadores, utilização de nomes físicos e práticas fraudulentas e criminosas. É trágico que esse sistema tenha penetrado em alguns segmentos da sociedade que, assim, tornaram-se coniventes.

É claro que o senhor Paulo César Farias, dentro desse contexto, é uma figura menor. Ele não teria como

atuar e nem instrumentos para agir dessa forma, se não tivesse a autoridade dos poderes do Executivo. E o presidente, quando utiliza os seus poderes para fazer isso, está saindo da Constituição e das leis, entrando na ilegalidade, perdendo a sua legitimidade para o exercício do cargo. No caso Watergate, o que mais se discutiu foi o dano constitucional de uma conduta dessa natureza.

O problema, assim, é mais sério. Não é o presidente Collor, é a Presidência da República, com seu poder majestático, a chefia da Nação, a chefia do Estado que se degrada e se decompõe. Isto nunca aconteceu na História brasileira e não há notícia de que tenha ocorrido coisa similar em nenhum país do mundo. Há casos de ditadores e chefes de governo que usam o poder para enriquecimento ilícito, confundindo a coisa pública com a coisa privada. No caso atual do Brasil, há uma coisa diferente: um governo paralelo, fora da lei, tomando decisões fraudulentas, à sombra do sistema democrático, destituindo-o e abastardando-o.

A revolta da Nação é esta. A descoberta desse esquema. O presidente, além da parte moral, violou os poderes da Presidência, saiu para a ilegalidade, nenhum dos problemas que tem o sr. Collor foi herdado ou construído pela oposição. Nenhum presidente recebeu apoio tão grande e tão explícito quanto o presidente Collor.

Foi o único a receber do Congresso carta branca, através da Lei Delegada. Nada o Congresso negou. Todos os seus problemas foram criados por ele mesmo ou por pessoas a ele estreitamente ligadas por vínculos de amizade e parentesco.

O único apoio que o Congresso não lhe deu foi, depois das descobertas da CPI, aprovar os crimes que ali foram apurados ou abafá-los. E não podia fazê-lo. O presidente passou a pedir ao Congresso uma coisa que ele jamais poderia dar: um tiro na cabeça.

Que milagre foi este, que aconteceu no país, em que todos os partidos se uniram, a sociedade saiu às ruas, todas as tendências, as sociedades representativas da sociedade civil se aliaram, ninguém ficou de fora? Qual o milagre? Foi a força daquilo que foi apurado pela CPI e pela Polícia Federal.

Se a Presidência da República po-

de usar os seus poderes para agir dessa maneira, então estamos todos perdidos, o país está destruído. Era preciso resistir. Todos colaboraram nessa reação. Só o presidente não entendeu até onde ia a gravidade do episódio. Só ele não entendeu que não se tratava de nada pessoal, mas da existência de um perigo institucional.

Nestes casos, a Constituição prevê o longo remédio que nasceu na infância da democracia, para não ser aplicado, mas para ser um instrumento de controle do Executivo: o impeachment.

Quando surgem as condições de o impeachment ocorrer, o dever do presidente é não submeter o país a esse constrangimento, nem ele próprio a este tipo de julgamento, que é incompatível com a dignidade do cargo. Essa não é uma luta de caráter. É uma causa. Daí o isolamento em que ficou o presidente Collor. Mesmo os que o apoiam não aprovam estes fatos. Há um fosso a separá-lo do país. Dom Pedro, na Abdicação, teve mais adeptos. Getúlio, quando deposto depois do Estado Novo, e Jango, em 64, tinham seguidores. Gente nas ruas, disposta a defendê-los.

O presidente Collor perdeu qualquer tipo de apoio, justamente porque o seu problema não é uma causa política, nem uma síndrome de popularidade ou impopularidade. Não há um fato, uma verdade não contestada, e essa verdade queima o presidente, arde a consciência nacional. Ninguém desejaria que estivéssemos passando esta provação. O presidente precisa saber disto.

Ele não tem o direito de ignorar a tragédia nacional, nem achar que pode esmagar a Nação como se esmagar um inimigo num combate de gladiadores. Nem pedir a seus amigos um apoio que eles não podem dar.

No cerne da resistência nacional, da unidade desta causa, do sorriso da juventude, das passeatas, da determinação dos políticos está um sentimento que muitos julgavam morto: o patriotismo, a estima pelo país. Aquilo que o motorista Eriberto disse ser a sua motivação. "É pouco?", ele perguntou. Mas tem a energia da partícula que faz o mundo.

José Sarney é membro da Academia Brasileira de Letras e senador pelo Amapá